

Nomeações de Biden trazem experiência, pragmatismo e novas direções

Tom Vilsack na Agricultura (USDA), Katherine Tai no Comércio (USTR) e John Kerry como enviado especial para Clima dão o tom profissional do novo governo.

Marcos Jank

12/12/2020, Veja

As três nomeações do novo Governo Biden – John Kerry como enviado especial para Clima, Tom Vilsack como Secretário de Agricultura (USDA) e Katherine Tai como Representante de Comércio (USTR) – indicam a volta ao *mainstream* nos Estados Unidos, sob o comando de profissionais pragmáticos que dominam o metier e não rasgam dinheiro. São três nomes de altíssimo gabarito, muito experientes nas áreas que vão atuar e também em negociações internacionais, que já “entram jogando” a partir de janeiro.

A nomeação mais simbólica foi a de John Kerry como “Enviado Especial do Presidente para o Clima” (uma espécie de “Czar do Clima”), com status de membro do gabinete presidencial e do Conselho de Segurança Nacional. Vale lembrar que Kerry foi o candidato presidencial do Partido Democrata em 2004, Secretário de Estado de Barack Obama e Senador por Massachusetts. Articulador central da negociação do Acordo Climático de Paris, sua indicação mostra a prioridade que será dada a esse tema pelo Governo Biden, no país e no exterior. Se tiver o apoio do Senado, Biden pretende gastar quase US\$ 2 trilhões em projetos de energia renovável nos próximos quatro anos, um tema que é do nosso maior interesse.

A segunda nomeação de impacto foi a indicação de Katherine Tai como representante-chefe de comércio dos Estados Unidos (USTR), com a missão de recuperar o espaço que o País perdeu na arena comercial. Assim que assumiu a presidência em 2017, Trump retirou os EUA da Parceria Transpacífico (TPP), antes mesmo dela ser ratificada. A TPP é um ambicioso acordo que pretendia reunir 12 países da costa pacífica das Américas, Ásia e Oceania, que foi costurado pelos EUA sem a presença da China. Quatro anos depois, 15 países da Ásia do Leste (China, Japão e Coreia do Sul, em uma integração comercial surpreendente), do Sudeste Asiático (10 países da ASEAN) e a Austrália e a Nova Zelândia assinam o RCEP (*Regional Comprehensive Economic Partnership*), um acordo que vai consolidar grandes cadeias de suprimento e valor da Ásia, sob a óbvia liderança chinesa. Ao optar pelo *America First* de Trump, os Estados Unidos abriram um espaço na Ásia. A China o ocupou imediatamente.

Katherine Tai é filha de imigrantes taiwaneses e fala mandarim fluentemente. Trabalhou no USTR entre 2007 e 2014, onde se especializou na tarefa de fazer a China cumprir acordos comerciais, ao liderar o *China desk* da organização. Em seguida, atuou no principal comitê do Congresso americano (*Ways and Means*), como conselheira-chefe para temas de comércio, tendo sido avaliada como uma profissional competente, habilidosa e linha dura no ramo. Tudo indica que sua principal missão será resgatar o papel histórico que os EUA exerceram desde o final da 2ª Guerra no avanço do sistema multilateral de comércio – leia-se Organização Mundial de Comércio (OMC) – e no fortalecimento da aliança com os grandes parceiros comerciais dos EUA para conter o crescente poder da China. Não creio que o novo governo americano vai facilitar a vida da China em termos de conteúdo beligerante, mas certamente Tai vai mudar o formato dos relacionamentos bilateral e das alianças e concertações do país.

A terceira indicação importante foi o retorno do ex-governador de Iowa, Tom Vilsack, para o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Vilsack ocupou essa mesma posição nos oito anos da administração Obama e agora atuou como conselheiro de agricultura da campanha Biden. Trata-se,

portanto, de um profissional que conhece profundamente o metier e já “entra jogando” em áreas importantes como a contenção da pandemia de Covid-19 – uma das principais funções do USDA é coordenar os programas de assistência alimentar do governo, que atingem 25% da população americana.

Vilsack deve também centrar a sua gestão no tema das mudanças climáticas, incentivando o uso de biocombustíveis no transporte e de energias renováveis em zonas rurais (eólica e solar), além de novos subsídios para que os produtores reduzam as emissões de gases de efeito estufa e incentivos de reflorestamento. Vilsack conhece muito bem o Brasil e é um admirador do nosso programa de etanol de cana-de-açúcar.

Em suma, o que as três indicações tem em comum é o esforço de recuperação da economia americana, a prioridade ao tema climático e a retomada do diálogo e da concertação internacional, em novas bases. Para o Brasil a volta da concertação multilateral e a priorização da questão climática devem ser vistas mais como oportunidades do que como ameaças. No tema do clima, temos um lado “vilão” por conta do aumento do desmatamento ilegal, cujo controle depende essencialmente do esforço de regularização ambiental e fundiária com a plena aplicação da Lei brasileira. Mas temos também um lado “solução”, em experiências como o plantio de duas safras por ano sem irrigação, o uso de técnicas de agricultura de baixo carbono, a “integração lavoura-pecuária”, as exigências do Código Florestal de preservação de vegetação nativa em propriedades rurais e a vasta experiência de uso de energias renováveis na matriz de transportes e de eletricidade do país.

Ao contrário do que muitos pensam, acredito que a parceria estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos não está ameaçada pelo Governo Biden, mas pode, ao contrário, ser reforçada pelos ministros recém eleitos e suas novas prioridades. É hora de assumir o novo contexto dos EUA, mudar o disco e aproveitar a oportunidade com liderança e determinação.

Esse artigo foi publicado originalmente em: <https://veja.abril.com.br/blog/agro-global/nomeacoes-de-biden-trazem-experiencia-pragmatismo-e-novas-direcoes/>